
A questão da “Internacional Fascista” no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista

JOÃO FÁBIO BERTONHA*

Introdução

Em fevereiro de 1996, surgiram algumas notas na imprensa internacional sobre a possibilidade de três líderes da extrema direita assumirem o poder simultaneamente em três grandes potências ocidentais: Jean Marie Le Pen na França; Vladimir Zhirinovskij na Rússia e Pat Buchanan nos Estados Unidos. Nenhuma das três hipóteses se concretizou, mas foi interessante, para não dizer assustador, notar o entusiasmo de cada um dos três líderes com as idéias e as propostas políticas dos outros. Zhirinovskij, por exemplo, se disse particularmente atraído pelas declarações anti-semitas de Buchanan e chegou a propor a idéia de um projeto conjunto de deportação dos judeus americanos e russos para Israel. Ao mesmo tempo, Zhirinovskij e Le Pen chegaram a propor a Buchanan a possibilidade de, junto com outros líderes, criar uma “Central internacional de ultradireita” para o combate dos “democratas, comunistas e judeus, que são os verdadeiros inimigos de todas as nações”.¹

Fazendo um exercício de futurologia e admitindo a possibilidade de Le Pen, Zhirinovskij, Buchanan e outros menos cotados (Fini na Itália, Haider na Áustria e até Enéas, no Brasil) assumirem o poder simultaneamente em vários pontos do Ocidente, o que poderíamos esperar desse mundo organizado pelos critérios da extrema direita? Não pensamos aqui em termos de organização social ou de política interna, mas no tocante ao relacionamento entre todos esses novos Estados “fascistas”. A conjugação ideológica deles levaria a algum tipo de paz sedimentada na participação na mesma família política ou isso seria um mero detalhe

Rev. Bras. Polít. Int. 43 (1): 99-118 [2000]

*Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas e Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá.

entre Estados que continuariam competindo entre si e, talvez, até mais do que antes?

Parece óbvio que uma previsão segura seria impossível, dado o sem número de variáveis a serem consideradas (a globalização, a organização do mundo em áreas e blocos, a presença das armas nucleares, etc.) e nem cabe ao historiador o papel de profeta. Já houve, no entanto, no período dos fascismos “clássicos” entre as duas guerras mundiais, uma experiência de convivência entre os diversos movimentos e regimes fascistas (ou que se aproximavam do fascismo) e de criação de uma “Internacional fascista” para tentar coordenar e aproximar esses grupos.

Tal experiência é normalmente pouco conhecida (ao contrário das “Internacionais” comunista e socialista, por exemplo) e é certo que seu estudo não nos daria respostas precisas aos problemas colocados acima. Tal estudo pode nos fornecer, contudo, alguns elementos para compreender melhor esses problemas e entender a dinâmica do relacionamento internacional inter-fascismos no caso de sermos obrigados a conviver novamente com esse tipo de problemática. É nesse sentido que esse texto foi escrito.

Ele se inicia com uma discussão pontual sobre a questão do relacionamento inter-fascismos, procurando trabalhar com as diferenças e igualdades entre eles e discutir como uma das bases centrais da ideologia fascista (o nacionalismo) acaba por gerar imensas contradições e paradoxos no relacionamento entre os diferentes movimentos e regimes fascistas. Posto isso, veremos como se deu a tentativa de construção da “Internacional fascista” e como os problemas e paradoxos mencionados antes acabaram por sabotar a sua constituição. A questão do relacionamento da “Ação Integralista Brasileira” com o Fascismo italiano será então utilizada como “estudo de caso” para comprovar algumas das questões levantadas anteriormente e delimitar alguns padrões que poderão nos servir de guia para entender o relacionamento inter-fascismos no período entre guerras e, com as ressalvas expressas anteriormente, também no momento atual.

Os fascismos: entre unidade e diversidade

Não é este, certamente, o local para retomar a imensa discussão, na história e na ciência política, a respeito da comparação inter-fascismos e mesmo da validade e da possibilidade de fazer tal comparação². Para nossos fins nesse texto, basta deixar clara a nossa posição de que os diferentes fascismos formavam uma unidade, mas dentro da qual havia espaço para imensas diversidades e projetos de mundo diversos (gerando competição e conflito) e que justamente um dos seus traços comuns – o nacionalismo exacerbado – fornecia o elemento que impedia a solidariedade completa entre eles.

Os fascismos do período entre guerras não surgiram, realmente, do vácuo, mas formaram seu corpus a partir de idéias, conceitos e problemas presentes em

toda a sociedade européia há séculos. A grande inovação dos fascistas, na realidade, foi reelaborar essas idéias de forma que elas pudessem servir para as necessidades políticas do período em questão e combiná-las, dando a elas uma certa coerência (coerência vista aqui em termos subjetivos) de forma que se tornassem politicamente úteis. É básico, dentro do nosso raciocínio, entender essa amplitude das idéias fascistas, seu mergulho em séculos de história européia e ocidental e a maneira como elas, reelaboradas e reorganizadas naquele contexto específico de crise do capitalismo e da ideologia liberal do período pós I Guerra Mundial, deram origem às ideologias fascistas.

Essa noção de grupos diversos de idéias sendo reelaboradas em um mesmo contexto de crise para dar origem ao fascismo (ou aos diferentes fascismos) merece ser melhor explicitada para evitar mal-entendidos e também porque nos permite levantar elementos para explicar a unidade e a diversidade dos movimentos fascistas.

Em primeiro lugar, é claro que a grande crise do capitalismo não foi vivida e sentida do mesmo modo em todos os países e que, por exemplo, a crise italiana do início dos anos 20 que deu o poder a Mussolini não foi a mesma vivida pelos alemães no pós 1929 devido à depressão econômica. Ainda assim, havia um fundo geral de crise e insegurança que, entre altos e baixos, varreu todo o período entre guerras e que, como já ressaltamos antes, deve ser levado em conta para explicar o fascismo. É o fato dos diferentes fascismos estarem respondendo a esta mesma crise, no mesmo momento e com armas mais ou menos semelhantes (nacionalismo exacerbado, militarismo, desprezo pela democracia, anticomunismo, irracionalismo, etc.) oriundas do mesmo caldo cultural e político que dá a eles a unidade que nos autoriza a chamá-los todos de “fascistas” e que nos permite recusar as propostas dos que querem vê-los como entidades separadas³.

Chamar a todos de fascistas a partir da constatação de elementos comuns e de uma temporalidade definida não nos permite, porém, esquecer das enormes diferenças entre os diferentes movimentos, as quais devem ser levadas em conta para o bom entendimento do fenômeno fascista como um todo.

As diferenças entre os fascismos são tão evidentes que fica difícil selecionar exemplos. Para os fascistas italianos, por exemplo, o Estado era a base de tudo enquanto que para os nazistas o Estado era apenas a expressão da “comunidade racial do povo”, a qual seria realmente a chave da sociedade nazista. Do mesmo modo, o racismo e o anti-semitismo são virtualmente desconhecidos no fascismo de Mussolini até 1938, enquanto que, sem eles, torna-se impossível entender o nazismo. Outras possibilidades de comparações entre os fascismos estão disponíveis⁴, mas são desnecessárias: é evidente a existência não só de igualdades, mas também de diferenças, choques e conflitos entre eles.

Sem essa percepção, a possibilidade de equívocos conceituais cresce a olhos vistos e somos incapazes de distinguir entre movimentos e regimes decididamente fascistas (como a Alemanha e a Itália) de regimes que mesclaram

componentes maquínicos fascistas⁵ com outros conservadores, tradicionais, como o franquismo na Espanha e o salazarismo em Portugal ou ainda de outros que, por mais autoritários e ditatoriais que fossem, não merecem a alcunha de fascismo, como o Japão militarista, a Argentina de Perón, etc.

De fato, se nós conseguirmos perceber as máquinas políticas não como realidades coesas, compactas e impossíveis de serem estudadas a não ser em bloco, mas como compostas de componentes intercambiáveis (a repressão, a ideologia, a mística, o tratamento da cultura e da juventude, etc.), podemos entender como algumas máquinas absorveram alguns componentes do fascismo, mas não a sua totalidade, conservando, assim, aspectos não fascistas em sua constituição.

A Argentina de Perón e o “Estado Novo” de Vargas são bons exemplos dessa situação. Ao contrário do Integralismo, por exemplo, que absorveu uma quantidade tal de componentes do fascismo europeu em sua constituição que pode ser considerado como membro da família fascista, o “Estado Novo” varguista conservou o seu caráter de ditadura tradicional onde, por exemplo, não existia o partido único e nem a mobilização maciça das massas. Apenas um ou outro componente fascista (a repressão, parte de sua simbologia e de seu sistema de propaganda) estavam presentes.

Com essa visão mais flexível, podemos entender melhor, assim, as diferenças internas entre os fascismos (quando um acentua, por razões próprias, um aspecto ou componente de sua máquina que um outro pode não valorizar tanto) e as relações entre eles e outros sistemas de dominação (mais tradicionais) existentes no mundo no período estudado.

O que é fundamental, de fato, é perceber como uma grande crise econômica, social e de valores motivada em grande parte pela hecatombe da I Guerra Mundial e pela crise do capitalismo e da democracia burguesa reverberou em situações políticas, em tradições culturais, em especificidades sociais, etc. semelhantes em nível macro, mas muito diversas em nível nacional, levando a resultados também diversos: o reformismo das instituições liberais nos países anglo-saxões, na França e na Escandinávia; a adoção de mecanismos fascistas associados a outros componentes de poder tradicionais como na Espanha e em Portugal; a ascensão de alguns fascismos (como o italiano e o alemão) ao poder e a eliminação de outros (como o Integralismo no Brasil), a presença de certas características em um fascismo e não em outro, etc. É nesse trabalho de entendimento de um contexto geral que, desdobrado em situações culturais, sociais e econômicas específicas, deu origem a diferentes respostas e conjunturas que podemos entender as razões do porquê de alguns fascismos triunfarem e outros não e as características de cada um. Sem essa visão da unidade e da diversidade dos fascismos não se pode entender o fascismo e toda a nossa discussão sobre a sua internacionalização perderia o sentido.

A questão da “Internacional fascista”

Logo após a sua ascensão ao controle do Estado em 1922, o fascismo de Mussolini tinha como prioridade chave a consolidação do seu poder na Itália. Sua política externa, nesse sentido, foi relativamente comedida nos anos 20. Uma questão marcava, porém, tanto a concepção dessa política externa como a própria formação do Estado fascista: a de definir a abrangência do fenômeno e da ideologia fascista. Seria o fascismo algo típico da Itália, um “fenômeno italiano” (para usar os termos do famoso discurso de Mussolini de 3/3/1928) ou algo universal, cuja aplicação poderia se estender também para fora da Itália?

Tradicionalmente, se considera que o fascismo inicialmente se via como algo italiano e que só depois se converteu em candidato à universalidade (o que seria indicado por outro discurso de Mussolini, de 27/10/1933) e há indícios de que realmente os fascistas dedicavam mais tempo aos problemas italianos no início do partido e do regime do que a longas discussões teóricas sobre os destinos globais da sua ideologia (D’AMOJA, 1967), o que é uma postura lógica⁶. Na realidade, porém, como mostra Meir MICHAELIS (1973), o combate à esquerda, a idéia da renovação da civilização ocidental e outros aspectos da doutrina fascista deixavam implícita a idéia da “universalidade” e as contradições e choques entre os grupos dentro do Partido Fascista que defendiam e combatiam a idéia do “fascismo universal” foram contínuas desde o início do Partido e nunca foram eliminadas nem mesmo depois da consolidação do regime.

De fato, enquanto, por exemplo, um fascista “radical” como Giuseppe Bastianini defendia, desde cedo, a colaboração com os movimentos próximos ao fascismo do exterior, outros hierarcas, mais ligados à herança dos nacionalistas, recusavam essa colaboração com argumentos relacionados ao interesse nacional italiano. Um deles, Giuseppe Bottai chegou a escrever em 1925: “Seria, de fato, muito estranho recolher sob a mesma bandeira o fascismo italiano e, por exemplo, o fascismo iugoslavo, que buscam o domínio da mesma terra, a Dalmácia, não com direitos iguais, mas talvez com igual ardor”.⁷

Destaque-se, aliás, como o grosso das idéias de internacionalização do fascismo nos anos 20 girava em torno da questão dos italianos e seus filhos residentes no exterior. Para boa parte dos ideólogos do regime, de fato, essa massa de emigrantes seria não apenas um excelente instrumento para o jogo geopolítico mundial da Itália (com o que parte substancial das classes dirigentes italiana concordava desde o século XIX), como poderia servir para a difusão da ideologia fascista pelo mundo e para os contatos com os movimentos fascistas do exterior. Essas pretensões e essa disputa entre os que viam os emigrantes como meros instrumentos geopolíticos, de *Realpolitik*, e os que viam neles também um canal para difundir o fascismo pelo mundo não cessaram durante toda a duração do regime fascista italiano⁸ e são indícios chave de como a idéia de que o fascismo

não era algo apenas italiano estava realmente presente desde o início no regime e da enorme tensão que persistiu dentro dele a respeito da questão da internacionalização do fascismo e dos seus efeitos na política externa italiana.

Já nos anos 20 e ainda pensando apenas no universo do fascismo italiano, contudo, os termos do problema estão dados claramente: seria possível algum tipo de ligação amigável entre partidos e Estados fascistas a partir de traços comuns e laços ideológicos ou a competição nacionalista minaria inevitavelmente esses laços? E o que predominaria como eixo da política externa italiana e do relacionamento inter-fascismos a partir da chegada de Mussolini no poder: os interesses tradicionais de poder da nação italiana ou os novos interesses ideológicos do fascismo?

Nos anos 20, há indícios de que as preocupações de ordem nacionalistas dominaram a política externa italiana e de que, apesar das ambigüidades prosseguirem, os interesses ideológicos estavam subordinados aos interesses estratégicos nacionais italianos naquele momento⁹. Nesse sentido, mesmo quando subsidiava e apoiava movimentos fascistas, ou simpáticos ao fascismo, no exterior (o que fazia desde o início da década de 20 – PETERSEN, 1975 e BLATT, 1971), o objetivo central do regime não seria o de espalhar o “fascismo universal”, mas sim o de instrumentalizar esses movimentos afins para a defesa dos desígnios italianos. E mesmo esse apoio e subsídio, porém, eram precários e desenvolvidos sem um plano global de ação (MILZA e BERNSTEIN, 1995: 377-382 e SANTARELLI, 1981: 484-501).

O que parece ter convencido o regime de que o fascismo era realmente uma solução universal e a alimentar essa idéia para além de contatos esporádicos com os outros fascismos e da difusão da ideologia fascista nas coletividades italianas do exterior (que, afinal de contas, sempre podiam ser consideradas partes da nação italiana simplesmente longe do território nacional) foi a grande crise do capitalismo a partir de 1929. Em 27 de outubro de 1930, de fato, Mussolini proclamou o fascismo como o remédio universal que a Europa precisava: “Se pode portanto prever uma Europa fascista, uma Europa que se inspire as suas instituições na doutrina e na prática do fascismo. Uma Europa que resolva, em sentido fascista, o problema do Estado moderno, do Estado do século XX... O fascismo hoje responde a exigências de caráter universal. Ele resolve, de fato, o tríplice problema das relações entre Estado e indivíduo, entre Estado e grupos e entre grupos e grupos organizados”.¹⁰

Parece evidente que o fato da crise internacional fazer com que muitas pessoas fora da Itália passassem a ver no fascismo uma solução extremamente adequada para um capitalismo e uma democracia burguesa que pareciam entrar em colapso e com que pipocassem os movimentos fascistas fora da Itália também foram fundamentais para convencer o regime da realidade universal de sua ideologia. Certamente, a grande maioria das pessoas que passou a simpatizar com o fascismo fora da Itália nesse período jamais se converteu realmente à sua ideologia, mas a renovada simpatia de certos setores políticos e sociais do mundo ocidental pelo

regime (que sempre havia existido, mas que cresceu notavelmente com a crise¹¹) parece ter ajudado a convencer o regime de que o fascismo era a onda do futuro e que cabia a Roma guiar essa onda.

Questões internas do regime também estavam certamente presentes. Como demonstraram, de fato, diversos autores (LEDEEN, 1971 e BOREJZA, 1971), a década de 30 viu a emergência de uma nova geração educada nos ideais do regime, insatisfeita com a esclerose de seus ideais de mudança social e desejosa de mudanças que recuperassem esses ideais. Esses jovens intelectuais viram na internacionalização do ideal fascista um dos caminhos centrais não só para difundir o que eles consideravam a solução para os problemas de todo o mundo ocidental (e não só da Itália), como para fazer uma correção de rota e resgatar os valores fascistas dentro do próprio país.

A competição com a Alemanha nazista também parece ter sido fundamental para levar a Itália aos caminhos do internacionalismo fascista. A ascensão do nazismo na Alemanha, de fato, certamente reforçou em Mussolini a convicção de que a idéia fascista era a “onda do futuro”, a ser exportada e difundida (MICHAELIS, 1973). A Alemanha nazista, contudo, também era uma rival potencial tanto geopoliticamente como na liderança do universo fascista e era necessário uma reação firme frente a esta ameaça. Não é por acaso que o sistema de propaganda fascista tenha sido tão potencializado nesses anos e que a idéia de congregar e controlar mais firmemente os movimentos próximos ao fascismo no exterior tenha crescido justamente nesse momento (BOREJSZA, 1971).

O resultado final de toda essa fermentação ideológica, debate político e interesses de política interna e externa foi a criação dos *Comitati d'azione per l'universalità di Roma* (CAUR) em 1933. A criação desse órgão foi um marco importante na idéia da internacionalização do fascismo e seu primeiro marco institucional. Seu objetivo era o de integrar os movimentos fascistas mundiais em uma agremiação formada por participantes teoricamente autônomos, mas que deveriam manter os traços comuns de nacionalismo, corporativismo e valorização da juventude como força revolucionária.

O auge dos CAUR foi no seu Congresso em Montreux em 1934. Uma nova reunião de movimentos fascistas patrocinada pelo CAUR ocorreu em janeiro de 1935 em Paris e uma outra em Amsterdã em abril do mesmo ano. Logo depois, contudo, a tentativa italiana de organizar a “Internacional fascista” entra em decadência e, apesar da Itália ainda utilizar a idéia do fascismo internacional em sua propaganda nos anos seguintes e não ter renunciado nem à idéia de internacionalizá-lo, nem aos contatos com os movimentos fascistas fora da Itália, preferiu retirar seu apoio de organismos como os CAUR e de qualquer idéia de um órgão institucional dessa natureza (LEDEEN, 1973).

A experiência dos CAUR faliu pela incompetência dos que tentaram organizá-la, pela fraqueza da maioria dos movimentos fascistas que deveriam

integrar a “Internacional” e a relutância deles em se colocar ao serviço de Roma e, também, pelo problema nazista. De fato, em um primeiro momento, a competição fascismo/nazismo¹² e o boicote nazista à “Internacional” foram fatais para sua constituição efetiva, enquanto a melhoria das relações entre Roma e Berlim no momento posterior também ajudou a sabotar a idéia, pois Mussolini queria evitar motivos de atrito com seu novo aliado¹³. Tal situação nos obriga a um exame um pouco mais detalhado da relação do nazismo com o fascismo italiano e do seu posicionamento frente à questão da “Internacional fascista”.

Em termos de atividades além fronteiras, o regime nazista concentrou seus esforços nos seus próprios conacionais no exterior e, especialmente, naqueles localizados nas regiões européias fronteiriças com a Alemanha, onde eles poderiam, potencialmente, servir de pontas de lança para uma futura invasão alemã. Nisso, não foram diferentes dos italianos (BERTONHA, 1999b).

Os alemães também fizeram, novamente de forma análoga aos italianos (BERTONHA, 1998), propaganda dos ideais nazistas entre as populações estrangeiras (BOREJZA, 1971:172-188) quando e onde isso pudesse ser de interesse para o Reich. Mas, se o seu anti-semitismo e anticomunismo eram populares em vários locais, como a Europa do Leste, não o eram seu imperialismo e racismo, que dificilmente poderiam ser aceitos por aqueles que seriam visivelmente as vítimas desse imperialismo e desse racismo. O fascismo era mais popular e aceitável pela própria fraqueza da Itália¹⁴ e as aproximações de vários estados do Leste Europeu e de vários movimentos fascistas em direção à Alemanha nos anos 30 foram mais um efeito da força e do poder da Alemanha do que da compatibilidade ideológica automática com o nazismo.

Ainda em 1933, Joseph Goebbels proclamava que o nacional-socialismo era um fenômeno alemão. A Alemanha jamais pensou seriamente, de fato, em criar a sua própria “Internacional fascista”, com as poucas iniciativas nesse sentido sendo imediatamente sufocadas e com a propaganda para não alemães no exterior sendo menos importante como arma de conquista (mas não em volume) do que foi para o fascismo italiano.

Isso ocorreu devido ao fato da Alemanha dispor efetivamente de poder para conquistar o mundo (MICHAELIS, 1973) e ao caráter violentamente racista e imperialista do nazismo, interessado em impor sua ideologia e sua dominação pela força e só fazendo propaganda no sentido mais instrumental do termo (GALLO, 1970). A importância chave da questão racial dentro do corpo teórico nazista o tornava, de fato, muito menos aberto a qualquer idéia de colaboração com movimentos no exterior do que o fascismo italiano¹⁵. A idéia da dominação da raça ariana não permitia, realmente, que se aceitasse a igualdade e a colaboração de igual para igual, ainda que teórica, com outros povos e fascismos e ainda em 1939 Alfred Rosenberg ressaltava como, mesmo que todo o mundo se tornasse nazista, o conflito entre arianos e não arianos seria inevitável¹⁶. A pretensão do

domínio total excluía a priori a idéia da universalidade, a não ser aquela restrita à raça ariana (VENERUSO, 1971 e MICHAELIS, 1973).

Na crítica de pensadores nazistas frente ao fascismo, este é sempre visto como aquele que havia tido um papel chave na história européia ao abrir caminho para a ascensão da direita. Goebbels, Rosenberg e vários outros diziam, contudo, que seus erros no tocante à Igreja Católica, aos judeus e, no caso da ala de Strasser, na reorganização social da Itália o desqualificavam como regenerador da Europa¹⁷. O nazismo faria isto, mas com base única e exclusiva (na teoria, mas não na prática, como a experiência do recrutamento de centenas de milhares de Waffen SS não nórdicos na II Guerra Mundial vem a demonstrar) na futura raça dominante, o que obviamente reduzia os candidatos a possível colaboração e aliança com base ideológica.

Isso não significa que o fascismo italiano também não pensasse em termos de seu próprio poder e domínio. Há analistas (MILZA e BERNSTEIN, 1995: 377-382; SANTARELLI, 1981: 500), de fato, que apresentam o esforço internacionalista do fascismo como, acima de tudo, um instrumento de política externa e de projeção do poder italiano. Nessa concepção, o regime não teria interesse real em instaurar o fascismo em países como França, pois isso acabaria gerando, no limite, países fortes que se oporiam à Itália. Os fascismos do exterior só seriam apoiados enquanto força de desestabilização dos adversários geopolíticos da Itália ou nos locais onde estes movimentos poderiam dar origem a estados satélites controlados por Roma ou, no mínimo, ao aumento da influência italiana local¹⁸.

É fácil comprovar que esse condicionamento geopolítico esteve muitas vezes presente no pensamento do regime voltado ao relacionamento inter-fascismos e que esse relacionamento era pensado muitas vezes como instrumento de substituição da fraqueza militar e econômica italiana, sendo o seu apoio ao Heimwehr austríaco ou a sua hesitação em fortalecer os fascismos do Oriente mediterrâneo (SANTARELLI, 1981: 116-188 e 136) outros excelentes exemplos nesse sentido.

Difícilmente, porém, seria possível separar, na estrutura de um regime grandemente fundado em princípios de uma ideologia, os interesses diretamente geopolíticos e os ideológicos. De fato, é possível identificar uma tendência dentro da política externa fascista que esteve presente desde os anos 20, mas que adquiriu mais força e visibilidade nos anos 30: a fusão dos objetivos nacionais do Estado italiano com aqueles de divulgação e expansão da ideologia fascista.

Dentro dessa tendência, os interesses nacionais italianos e a ideologia fascista se fundiam em um todo muitas vezes contraditório e ambíguo, mas que passou a condicionar cada vez mais a política externa italiana a partir de então: os interesses do Estado italiano podiam ser atingidos através da carta ideológica, de solidariedade dos regimes de caráter fascista e a própria expansão da ideologia fascista se daria pelos mecanismos de poder do Estado italiano.

Parece evidente que a política nacional de um Estado ou seus “interesses nacionais” não podem ser considerados, em qualquer situação, cem por cento autônomos em relação a princípios ideológicos ou de política interna. De fato, mesmo uma política baseada inteiramente no realismo político e na busca absoluta de aumento do poder e da influência internacionais do Estado só pode ser compreendida a partir dos princípios e ideais que norteiam seu grupo dirigente e a própria sociedade como um todo em um momento histórico delimitado (D’AMOJA, 1981).

Sérgio ROMANO (1983) escreveu palavras elucidativas a este respeito, mostrando como foi o positivismo do século XIX que criou a idéia de que a política externa estaria separada da interna e que os países teriam, se não fossem mal influenciados, interesses permanentes e comportamentos naturais determinados pela geografia e pela natureza. Na realidade, como demonstra esse autor, os interesses permanentes de um país são cultural e historicamente determinados – o interesse só existe a partir da concepção momentânea que uma nação tem de si e de seu papel no mundo – e política interna e externa não são, assim, opostos, mas esferas diversas de uma mesma concepção de Estado e sociedade. Essa análise poderia servir, em um primeiro momento, para todos os Estados nacionais conhecidos.

O próprio Romano e, especialmente, McGregor KNOX (1984 e 1991), contudo, ressaltam como a conjugação política interna/política externa teve configurações especiais dentro do universo do fascismo italiano e também dentro do nazismo. Para ele, nesses dois regimes, a consolidação interna era vista como base para uma política externa agressiva, enquanto esta agressividade seria a base para mudar instituições e valores nacionais e fazer uma revolução interna. Para ele, essa notável inter-relação entre política interna e externa seria uma singularidade desses dois regimes, ainda mais do fascismo italiano, que queria criar um povo italiano viril, guerreiro e conquistador em um país onde esses valores não estavam tão presentes e onde o grau de controle do partido sobre o Estado e a sociedade era menor do que na Alemanha.

Nesse contexto, falar em *Realpolitik* ou “política baseada na ideologia” como pólos totalmente opostos seria equivocado e apenas confirmaria a tentativa de parte dos pensadores e políticos italianos de dissociar a política externa fascista daquela pretendida pelos tradicionais formuladores da política externa italiana, cem por cento voltados aos “interesses nacionais italianos”, o que seria errôneo¹⁹. O mesmo poderia ser dito da Alemanha nazista e seu esforço para tornar o Estado nacional alemão senhor da Europa e, ao mesmo tempo, reorganizar racialmente o mundo.

Um exemplo clássico nesse sentido é a análise que a revista *Anti Europa* de Asvero Gravelli fazia do apoio do fascismo italiano aos ustaches croatas. Para a revista, o apoio ao fascismo croata seria um primeiro passo para uma aliança

austriaca/croata/húngara que deveria ser a base não só da hegemonia política italiana nos Bálcãs, como de uma “Internacional fascista” de cunho italiano no coração da Europa (SANTARELLI, 1981: 116). Ideologia e *Realpolitik* estão, pois, em muitos casos, tão entrelaçados que seria difícil separá-los²⁰.

Ainda assim e apesar de efetivamente não existirem “interesses nacionais” neutros que não sejam readaptados e redefinidos a partir da realidade política nacional e internacional²¹, algum nível de diferenciação há e certamente a política externa fascista (especialmente a dos anos 30) não seguia diretrizes exatamente iguais às da Itália liberal, absorvendo padrões de ação derivados da doutrina fascista que não se coadunariam com uma política de poder clássica, como a seguida pela velha Itália²².

Levando esse raciocínio ao extremo, autores como Jens PETERSEN (1975), por exemplo, consideram que, apesar de rivalidades em questões estratégicas como a Áustria e o Tirol do Sul e pela liderança dos movimentos fascistas, a aliança entre fascismo e nazismo era inevitável, dadas as semelhanças ideológicas e o fato dos dois eixos de expansão imperial (Mediterrâneo/Europa Oriental) não colidirem frontalmente. Para ele, a aliança teria obrigatoriamente que ocorrer e os acontecimentos apenas teriam confirmado isso.

Que a falta de uma rivalidade estratégica absoluta e a forte radicalização política/ideológica mundial dos anos 30 (HOBSBAWM, 1997) fazendo as duas versões centrais do universo fascista se aproximarem dentro de uma luta maior contra a esquerda e a democracia indicava um enorme potencial de alianças, é aceitável. As relações nunca estiveram, porém, tão historicamente dadas e pressupostas ideologicamente como quer Petersen²³ e as relações entre Berlim e Roma e entre os diferentes fascismos nesse fim da década de 30 jamais conseguiram se livrar desses problemas de fundo, dessas contradições entre solidariedade e competição ideológica e entre solidariedade ideológica e competição geopolítica que marcavam o relacionamento entre os Estados fascistas.

Esse é, aliás, um outro aspecto fundamental da questão. No caso das duas matrizes centrais do universo fascista (a italiana e a alemã), a ideologia fascista que, em linhas gerais, ambos compartilhavam, não era fonte apenas de solidariedade (em oposição ao nacionalismo e à competição geopolítica, que os separariam), mas também de competição. Como vimos, de fato, se, em uma polarização maior direita/esquerda e democracia/ditadura, fascismo e nazismo podiam ser vistos como membros da mesma família, eram irmãos que discutiam e disputavam todo o tempo não só pelo poder e espaço, mas também por projetos de mundo em boa medida diversos. Essa situação jogava novos problemas dentro do relacionamento entre eles.

É justamente por causa dessas ambigüidades, aliás, que a historiografia se revela incapaz de chegar a um consenso quando tenta analisar as relações ítalo-

alemãs nos anos 30 e o papel da competição/solidariedade ideológica e da disputa geopolítica como eixos nessas relações.

K. HOEPKE (1971), por exemplo, considera que Mussolini pensava centralmente em termos de concorrência ideológica quando se relacionava com o nazismo. Este, de fato, em uma análise racional e baseada em critérios de poder e disputa geopolítica, deveria ter preferido, a princípio, apoiar integralmente os nazistas²⁴, mas teria optado por dividir seu apoio entre os nacionalistas e os nazistas, com alguma preferência para os primeiros, pois, estes seriam candidatos menos sérios a estabelecer uma concorrência ao fascismo italiano dentro da família ideológica fascista. Só os contínuos sucessos eleitorais de Hitler a partir de 1930 teriam convencido o governo italiano de que a opção nazista era talvez não a melhor, mas a única disponível para aumentar a influência italiana na Alemanha, o que teria levado à melhora dos contatos entre os movimentos, inclusive com a instalação de seções do Partido Nazista na Itália²⁵. A ideologia levaria, pois, à competição e apenas os interesses geopolíticos superariam essa desconfiança.

Já as observações de Jens PETERSEN (1975 e 1976) invertem o raciocínio de Hoepke e procuram demonstrar como o apoio de Mussolini ao nazismo desde 1925 era derivado de preocupações ideológicas claríssimas (difundir a idéia fascista a nível europeu a qualquer custo), preocupações estas que, inclusive, iam contra o interesse nacional italiano ao criar um pólo alternativo de poder geopolítico e um rival ideológico. Nesse raciocínio, os interesses geopolíticos seriam irrelevantes e a ideologia levaria à solidariedade.

Ainda assim, as informações de HOEPKE (1971); MICHAELIS (1975 e 1975^a) e DE FELICE (1975) indicam como, em última instância, havia mais desconfiança e ambigüidade do que solidariedade completa entre nazistas e fascistas – por motivos ideológicos e estratégicos – no período pré 1930 e que o interesse de Roma pelo nazismo nos anos 20 era mais instrumental do que outra coisa, o que levava a contatos com toda a direita alemã (mas, sintomaticamente, não com a esquerda, supondo que houvesse alguma interessada em se aliar com os fascistas) e não só com o NSDAP. Como visto anteriormente, contudo, dificilmente a situação poderia ser considerada tão cristalina nos anos 30, quando a situação internacional mudou e todas as ambigüidades e problemas acima descritos vieram à tona.

Asvero Gravelli e outros teóricos italianos da “Internacional Fascista” tentaram resolver esses problemas assumindo que os ideais fascistas eram ideais “europeus”²⁶ acima de tudo e que a “Internacional fascista” daria apenas uma visão universal e uma coordenação às várias revoluções nacionais. Eles não conseguem, contudo, deixar de identificar na Itália a base dessa central e a sua fonte de inspiração, cabendo a Roma, pois, a primazia entre os fascismos, que deveriam girar em torno do Palazzo Venezia²⁷. O fato do estímulo final para a criação da “Internacional fascista” ter sido, como vimos, a competição com a

Alemanha, apenas ressalta esse caráter “nacionalista” do internacionalismo fascista. A prova final, contudo, de que o destino final do relacionamento entre os Estados fascistas era a competição e o domínio do mais forte foi a satelitização dos fascismos durante a II Guerra Mundial, sob a égide do poder alemão (VENERUSO, 1971 e 1973 e LUKACS, 1980) e graças à opção, pela maior parte das elites européias, pela aliança com o nazismo (mesmo sendo este alemão, imperialista e que claramente não trataria, como não tratou, todos os seus súditos, mesmo os mais fiéis, igualmente) dentro da grande guerra civil travada no interior da “Fortaleza européia” nazista. O exemplo das tropas multinacionais recrutadas pelas *Waffen SS* apenas ressalta isso, pois, seu “internacionalismo europeu”, que via a Alemanha como o baluarte da civilização européia contra o comunismo e que é continuamente recuperado pelos defensores da aliança da direita radical européia de hoje, não deixava de ressaltar a hierarquia (alemães e germânicos em primeiro lugar; europeus ocidentais em segundo e alguns europeus orientais selecionados em terceiro) desses europeus, fossem eles ou não ferrenhos fascistas em seus países de origem.

É a partir desse quadro geral que podemos entender os casos particulares de relacionamentos inter-fascismos e compreender o que é particular e o que geral em cada caso. Nesse sentido, um exemplo chave é o do relacionamento entre o fascismo italiano e a Ação Integralista Brasileira.

Temos tentado, nos últimos anos, fornecer, através de diversos trabalhos (BERTONHA, 1997, 1998, 2000 e 2000a), um quadro das relações entre o fascismo italiano e o Integralismo e certamente não é este o local para reproduzirmos tais reflexões em detalhes. Gostaríamos de destacar, contudo, o uso instrumental que Roma fez do movimento dos camisas verdes para a defesa de seus interesses no país e as enormes ambigüidades no relacionamento (oscilando entre cooperação e conflito) tanto entre os dois movimentos, como entre fascistas italianos e integralistas em território brasileiro; entre nazistas e fascistas no interior do Integralismo e mesmo entre os italianos imigrantes e seus filhos, em oscilação entre um e outro grupo. Ora, todas essas questões, que, em uma análise inicial, poderiam ser consideradas específicas da realidade brasileira, adquirem um novo contorno quando colocadas no plano de fundo maior do relacionamento inter-fascismos em nível global e da questão da “Internacional Fascista”.

De fato, o relativo desinteresse de Roma pelos incipientes movimentos fascistas brasileiros dos anos 20 e seu despertar nos anos 30, por exemplo, só é compreensível dentro do quadro dos escassos interesses italianos no Brasil do período (e da fraqueza desses movimentos em apoiar esses interesses) e de potencialização da idéia da “Internacional fascista” nos anos 30, enquanto as enormes ambigüidades do relacionamento entre nazistas, fascistas e integralistas em território brasileiro e dentro do próprio movimento dos camisas verdes adquire novos contornos dentro do quadro apresentado acima.

Também a relação de Roma com a AIB (na qual questões geopolíticas e de solidariedade ideológica se contrapunham e se associavam, mas o uso da solidariedade ideológica como instrumento de poder e o predomínio da opção italiana de usar o Integralismo de maneira instrumental eram predominantes) é perfeitamente integrada ao padrão mais geral que indica, como vimos, que o relacionamento entre movimentos e Estados fascistas gira em torno da competição nacionalista e da solidariedade/competição ideológica, mas que, no limite, ele acaba conduzindo ou a conflitos inadministráveis ou à subordinação de um pelo outro. Esse era um dilema que fatalmente minaria as relações do Integralismo com italianos e alemães e levaria um Brasil integralista e um Eixo vitorioso na guerra ou à guerra aberta ou, o que é mais provável, à subordinação imperial. Um destino melancólico, a nosso ver, para os muitos brasileiros que acreditaram na renovação da nação brasileira pela doutrina integralista e que eles, talvez pelo caráter ambíguo com que essas relações se deram na época e ao fato do momento de definição final nunca ter chegado, não parecem ter percebido ou preferido ignorar, mas totalmente previsível dentro da própria estrutura do pensamento fascista.

Conclusão

O fascismo não morreu no pós II Guerra Mundial (reelaborando-se e reorganizando-se como um vírus dentro da sociedade contemporânea) e sobrevive hoje nas franjas da sociedade. Se, por uma confluência de fatores, ele voltasse a assumir o poder em algumas regiões do mundo ocidental e a hipótese apresentada na Introdução desse artigo se concretizasse, é difícil acreditar que ele retornaria em sua forma clássica. Muito teria que ser mudado e a experiência do breve governo de Berlusconi na Itália e da transição do *Movimento Sociale Italiano* para a mais “respeitável” *Alleanza Nazionale* na Itália nos últimos anos talvez indique o padrão desse novo fascismo reciclado que tenta retomar o poder²⁸.

Difícilmente esse fascismo reciclado poderia fugir, contudo, das suas grandes contradições, a saber, a promessa de mudança social associada, normalmente, a uma prática política de aliança com as forças conservadoras e, como demonstrado nesse texto, a da contradição entre o desejo de fundir todos os fascistas do mundo em um bloco único soldado pela idéia de construção de uma nova civilização e a competição nacionalista, de idéias e pelo poder entre eles. Isso indica que um mundo dominado pelo fascismo dificilmente seria um mundo de relações pacíficas entre os Estados, no que seria coerente com seu encantamento pela guerra e pelas virtudes militares.

Obviamente, poderíamos ter uma repetição daquilo que HOBBSAWM (1997) chamou de a grande guerra ideológica do século XX, a II Guerra Mundial, quando a radicalização política e social abriu espaço para os diferentes fascismos aceitarem sua subordinação e se articularem em torno do dominante, o alemão.

Uma reelaboração do conceito fascista clássico de nação para um maior, pensado em termos de civilização ocidental e de raça branca (como os nazistas, como vimos, tentaram, aliás, dentro de certos limites, fazer), também poderia ajudar os movimentos e Estados fascistas a se agregarem e as marchas conjuntas que vemos hoje entre neonazistas americanos e alemães, por exemplo, indicam que esse caminho não é considerado absurdo. Nesse caso, talvez Samuel Huntington (HUNTINGTON, 1997) não estivesse tão equivocados em suas teorias e um mundo de guerra entre civilizações dominadas por seus fundamentalismos (dos quais o fascismo é seguramente um deles) poderá ser a ordem do dia. Em qualquer caso, a experiência histórica demonstra que, em um mundo fascista, dificilmente deixaríamos de ter dominação de povo contra povo ou guerra entre eles. Outro motivo para tentarmos nos prevenir dessa hipótese e trabalharmos para que a tão falada “nova ordem internacional” não desemboque, por pouco provável que isso seja, em uma nova guerra mundial contra ou entre os fascismos e que todo o sangue vertido na última delas não tenha sido em vão.

Abril de 2000

Notas

- 1 Ver “Fascisti del Duemila” in *La Repubblica*, Roma, 24/2/1996.
- 2 Para a bibliografia clássica sobre a comparação inter-fascismos, ver PAYNE (1980); MOSSE (1996) e LAQUEUR (1978). Ver também PINTO (1991).
- 3 TRANFAGLIA (1976 e 1995) e COLLOTTI (1989) demonstram como a tentativa da escola historiográfica de Renzo de Felice de separar o fascismo italiano do nazismo alemão não se sustenta historicamente e é, na verdade, uma bem montada operação para a sua reabilitação.
- 4 Ver, por exemplo, as diferenças entre regimes autoritários e totalitários presentes em ARAÚJO (1988, cap. 5) e FALCON (1991: 29-43).
- 5 A fundamentação teórica para essa visão das máquinas fascistas como formadas por componentes destacáveis veio de GUATTARI (1987).
- 6 Nos anos 20, aliás, a maioria dos simpatizantes do fascismo no exterior não tinha filiação ideológica direta com o fascismo e não se pensava normalmente que ele pudesse ser reproduzido integralmente fora da Itália, já que era um “fenômeno italiano”. Ver VENERUSO (1981). Não residia em outra fonte, também, a dificuldade dos antifascistas italianos refugiados no exterior em angariar apoios concretos de seus aliados de esquerda de outros países. Ver BERTONHA (1999 e 1999a) para o caso brasileiro e também para bibliografia sobre a situação em diversos países do mundo.
- 7 BOTTAI, G. “L’internazionale fascista” in *Epoca*, 27/2/1925, citado em MICHAELIS (1973: 575).
- 8 Uma reconstrução detalhada da história dos *fasci all’estero* e do uso dos italianos do exterior na política externa italiana e na difusão da ideologia fascista no exterior está em BERTONHA (1998^a e 1999c).
- 9 Ainda que, mesmo nesses anos 20, separar claramente o que era “interesse nacional italiano” e o que era “interesse ideológico fascista” seja, como mostra PETERSEN (1976), algo problemático. Voltaremos a este tópico a seguir.

-
- ¹⁰ MUSSOLINI (1951:139-142), discurso de 27/10/1930.
- ¹¹ Para a questão da popularidade do fascismo no mundo ocidental e especialmente no Brasil, ver BERTONHA (1999).
- ¹² Em alguns momentos, os subsídios de Roma aos outros movimentos fascistas se destinavam mais a combater o nazismo e sua influência do que em combater os inimigos comuns (LEDEEN, 1973, p. 172). Renato Mori (1976) tem opinião oposta e acredita que os ideólogos italianos da “Internacional fascista” tenderiam naturalmente, por afinidades ideológicas, à aliança com o nazismo, o que contradiz as informações disponíveis sobre os imensos choques entre nazistas e fascistas nesses anos. Ver MORI (1976: 87-88).
- ¹³ Ver VENERUSO, 1981. A aproximação com o nazismo, aliás, teria frustrado terrivelmente os jovens fascistas adeptos da internacionalização do fascismo, levando muitos, inclusive, ao antifascismo. Um outro indício de que as preocupações internacionais foram absolutamente prioritárias na formação e dissolução dos CAUR. Ver LEDEEN (1973); ARMON (1972) e WANROOY (1982).
- ¹⁴ Também o apelo do modelo italiano de fascismo (mais autoritário do que totalitário na maior parte do tempo) era maior do que o alemão para as elites conservadoras de boa parte do mundo, incluindo o Brasil e, por exemplo, os países bálticos. Ver BERTONHA (1999) e BOREJSZA (1974).
- ¹⁵ A idéia de que a origem de esquerda de Mussolini e de boa parte dos militantes fascistas teria deixado alguma influência do “internacionalismo marxista” no regime fascista e aberto as portas para as idéias universalistas do fascismo (MICHAELIS, 1973), porém, não parece digna de crédito pelo simples fato de que a entrada dos nacionalistas no fascismo evidentemente sublimou esses ideais internacionalistas.
- ¹⁶ Discurso de 7/2/1939, citado em MICHAELIS (1973: 577).
- ¹⁷ Kurt Ludecke e Otto Banzert foram outros autores nazistas que proclamaram a tendência universal do nazismo e sua missão de regenerar a Europa via dominação da raça superior e de sua representante, a Alemanha, e sucedendo o fascismo na marcha da História. Ver HOEPKE (1971, cap. 3).
- ¹⁸ A ação italiana de apoio ao fascismo suíço do coronel Fonjallaz parece ter seguido esse padrão, tanto que ele diminuiu quando se tornou claro que os fascistas suíços não seriam capazes de cumprir as metas desejadas. Ver CERUTTI (1986: 388-477). O mesmo pode se dizer da Inglaterra, onde os italianos usaram os fascistas de Oswald Mosley para sua propaganda durante a guerra da Abissínia, mas sem se empenharem em apoio aberto à eles (GOGLIA, 1984).
- ¹⁹ Ver informações e referências bibliográficas em BOREJSZA (1971) e PETERSEN (1976). Na realidade, as posições teóricas sobre a questão da “Internacional fascista” se relacionam diretamente com esse debate. Para os defensores do “realismo” da política externa fascista, os movimentos fascistas do exterior eram sempre manipulados a partir do interesse nacional italiano. Para os que defendem a “ideologização” das relações exteriores da Itália, especialmente na década de 30, a relação com os fascistas do exterior era movida única e exclusivamente pelo desejo de expandir o ideal fascista pelo mundo ocidental com vistas à criação de uma nova civilização.
- ²⁰ Os debates sobre essa fusão foram travados inclusive pelos intelectuais do regime, notadamente os das revistas *Civiltà Fascista* e *Politica*, a partir de 1936/37. Eles discutiam a “função imperial da ideologia” e a possibilidade de realmente fundir os tradicionais interesses geopolíticos italianos e a ideologia fascista. Um debate que faz parte de um outro maior sobre o caráter do fascismo, sua missão, etc. que se desenvolveu na Itália no pós 1936 e que indica que, ainda que ideologia fascista e interesse nacional italiano não tenham se fundido completamente no período, essa fusão esteve cada vez mais próxima no final dos anos 30. Ver SANTARELLI (1981: 231-236) e D’AMOJA (1967).

- 21 O próprio fascismo refutava a idéia de “política externa ideológica” e enfatizava que era cem por cento “realista” na defesa da Itália e dos interesses eternos do país. O fascismo, assim, usava uma ideologia (no sentido de pensamento falso, não adequado à realidade), ou seja, a do realismo como ideologia (no sentido de conjunto de idéias) Ver PETERSEN (1976).
- 22 Na realidade, apesar da crescente importância dos pressupostos ideológicos fascistas na condução da política externa italiana desde os anos 30, o regime jamais deixou de viver a contradição entre os fascistas mais “conservadores”, mais centrados no antigo nacionalismo e na conservação da ordem e os “revolucionários”, interessados em subverter realmente a ordem estabelecida no mundo ocidental. Essa situação transpareceu na guerra civil espanhola, quando os fascistas moderados consideravam aceitável uma simples ditadura apoiada nos militares e nos católicos, solução que radicais como Farinacci consideravam conservadora, preferindo a “Falange” para subverter realmente a realidade espanhola. Ver VENERUSO (1975 e 1981: 221).
- 23 Não é certamente este o local para uma discussão acentuada sobre o papel da aproximação ideológica fascismo/nazismo dentro da formação do Eixo Roma/Berlim. Dificilmente, porém, seria possível considerar que a aproximação das duas potências fascistas não tenha incluído ao menos um pouco de solidariedade ideológica. Ver referências bibliográficas para esse debate em PETERSEN (1975). De fato, certamente nunca houve uma total e completa “neutralidade ideológica” na política das grandes potências européias na cada vez mais politizada década de 30, o que indica que a liberdade de movimento da Itália ou da Alemanha não era tão absoluta como quer, por exemplo, QUARTARARO (1980).
- 24 Os nacionalistas, de fato, apesar de verem com bons olhos a ideologia fascista, não conseguiam esquecer a “traição” italiana na I Guerra Mundial e a questão do Tirol alemão dominado pela Itália, enquanto o nascente partido nazista tinha sua italoFOBIA controlada por Hitler, que era notoriamente pró Itália e admirador de Mussolini e que aceitava até a continuação do domínio italiano sobre o Tirol do Sul. Ver HOEPKE (1971).
- 25 As seções do “Auslandsabteilung der NSDAP” (as equivalentes alemãs dos “fasci all’estero”) começaram a ser instaladas em várias cidades da Itália e, especialmente, na região de língua alemã do Tirol a partir de 1931. Sintomaticamente, o “Ministero degli Affari Esteri” e os setores nacionalistas do Partido fascista as consideravam danosas e perigosas, enquanto as “alas esquadristas” do Partido apoiavam os contatos e Mussolini permanecia em uma posição cautelosa e dúbia. Ver MICHAELIS (1973^a).
- 26 Sobre a idéia do fascismo como arma para a união européia, ver COFRANCESCO (1983).
- 27 Ver GRAVELLI (1932 e 1934). O fascismo, segundo Gravelli, seria, aliás, muito mais adequado ao papel de coordenador da “Internacional fascista” do que o nazismo, dado o seu “nacionalismo positivo” e a resistência dos italianos e dos fascistas em desprezar outros povos. Ver GRAVELLI (1934: 319-342).
- 28 Ver um aprofundamento dessas discussões em BERTONHA (1995).

Bibliografia

- ARAÚJO, R. *Totalitarismo e revolução - O Integralismo de Plínio Salgado*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- ARMON, T. “Fascismo italiano e Guardia di Ferro”. Em: *Storia Contemporanea*. ano III, n. 3, pp. 505-548, 1972.
- BERTONHA, J.F. “Seria o inconsciente humano fascista? Um comentário ao texto de Edward Luttwak”. Em: *Cultura Vozes*, São Paulo, ano 89, número 5, pp. 112-128, 1995.
- _____. “O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943” Em: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol. 40, n. 2, pp. 106-130, 1997.

- _____. *Sob o Signo do fascio: O fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1922-1943*. tese de Doutorado em História Social, Campinas, UNICAMP, 1998.
- _____. “Uma política externa não estatal? Os fasci all’estero e a política externa do Partito Nazionale Fascista, 1919-1943” Em: *Anos 90*, Porto Alegre, 10, pp. 40-58, 1998a.
- _____. “Observando o litorrio do outro lado do Atlântico: a opinião pública brasileira e o fascismo italiano, 1922-1943”. Em: *Tempo*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, no prelo, 1999.
- _____. *Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945*. São Paulo/Campinas, FAPESP/Editora Anna Blume/Centro de Estudos das Migrações Internacionais da UNICAMP, 1999a.
- _____. “A migração internacional como fator de política externa. Os emigrantes italianos, a expansão imperialista e a política externa da Itália, 1870-1943”. Em: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 21, n. 1, pp. 123-164, 1999b.
- _____. “Between the Sigma and the Fascio. A balance of the relationship between Italian Fascism and Brazilian Integralism”. Em: *Luso Brazilian Review*, Madison, 2000, no prelo, 2000.
- _____. “Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil” Em: *Revista Brasileira de História*, 2000, no prelo, 2000a.
- BLATT, J. “Relatives and rivals: the responses of the Action Française to Italian Fascism, 1919-1926”. Em: *European Studies Review*, vol. 11, n. 3, pp. 263-292, 1971.
- BOREJZA, J. *Il fascismo e l’Europa Orientale*. Bari, Laterza, 1971.
- _____. “L’Italia e le tendenze fasciste nei paesi baltici (1922-1940)”. Em: *Annali della Fondazione Luigi Einaudi*, 8, pp. 279-316, 1974.
- CERUTTI, M. *Fra Roma e Berna – La Svizzera italiana nel ventennio fascista*. Milano, Franco Angeli, 1986.
- COFRANCESCO, D. “Il miot europeo del fascismo (1939-1945)” Em: *Storia Contemporanea*, vol. XIV, n. 1, pp. 5-45, 1983.
- COLLOTTI, E. *Fascismo, fascismi*. Firenze, Sansoni, 1989.
- D’AMOJA, F. *La politica estera dell’Impero*. Padova, Cedam, 1967.
- _____. “Primato della politica estera, primato della politica interna nella storia delle relazioni internazionali” Em: *Studi Storici*. vol. XXII, n. 3, pp. 553-570, 1981.
- FALCON, F. “Fascismo: Autoritarismo e Totalitarismo” Em: Silva, J. *O Feixe e o Prisma. Uma revisão do Estado Novo*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- DE FELICE, R. *Mussolini e Hitler – I rapporti segreti, 1922-1933*. Firenze: Le Monnier, 1975.
- GALLO, M. *Cinquieme Colonne, 1930-1940*. Paris: Plon, 1970.
- GOGLIA, L. “La propaganda italiana a sostegno della guerra contro l’Etiopia svolta in Gran Bretagna nel 1935-36” Em: *Storia Contemporanea*. vol. XV, n. 5, pp. 845-906, 1984.
- GRAVELLI, A. *Verso l’Internazionale fascista*. Roma: Nova Europa, 1932.
- _____. *Pan Fascismo*. Roma: Nova Europa, 1934.
- GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular - Pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOEPKE, K. P. *La Destra tedesca e il fascismo*. Bologna: Il Mulino, 1971.
- HUNTINGTON, S. *O Choque das Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- KNOX, M. “Conquest, Foreign and Domestic in Fascist Italy and Nazi Germany”. *Journal of Modern History*, Vol. 56, n. 1, pp. 1-57, 1984.
- _____. “Il fascismo e la politica estera italiana” Em: R. Bosworth e S. Romano (eds). *La politica estera italiana – 1860/1985*. Bologna: Il Mulino, 1991. pp. 287-330.
- LAQUEUR, W. *Fascism: a reader’s guide*. Berkeley: University of California Press, 1978.
- LEDEEN, M. *International Fascism*. New York: Howard Fertig.
- LUKACS, J. *A última guerra européia, 1939-1941*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

- MICHAELIS, M. “I rapporti tra fascismo e nazismo prima dell’avvento di Hitler al potere” Em: *Rivista Storica Italiana*, vol. LXXXV, n. 3, 1973. pp. 544-600.
- _____. “I nuclei nazisti in Italia e la loro funzione nei rapporti tra fascismo e nazismo nel 1932”. Em: *Nuova Rivista Storica*, vol. LVII, n. ¾, 1973a. pp. 422-438.
- MILZA, P. e BERNSTEIN, S. *Storia del fascismo – Da Piazza San Sepolcro a Piazzale Loreto*. Milano: Rizzoli, 1995.
- MORI, R. “Verso il riavvicinamento fra Hitler e Mussolini. Ottobre 1935 Giugno 1936” Em: *Storia e Politica*, vol. 15, n. 1, 1976. pp. 70-120.
- MOSSE, G. *Il fascismo – Verso una teoria generale*. Bari: Laterza, 1996.
- MUSSOLINI, B. *Opera Omnia*. volume 23, Firenze, 1951.
- PAYNE, S. *Fascism – Comparison and Definition*. Madison: University of Wisconsin Press, 1980.
- PETERSEN, J. *Hitler e Mussolini – La difficile alleanza*. Bari: Laterza, 1975.
- _____. “La dimensione europea del fascismo” Em: *Ulisse*, vol. XXX, n. LXXXII, 1976. pp. 69-78.
- PINTO, A. *O Salazarismo e o fascismo europeu – Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Estampa, 1991.
- QUARTARARO, R. *Roma tra Londra e Berlino. La politica estera fascista dal 1930 al 1940*. Roma: Bonacci, 1980.
- ROMANO, S. “Introduzione” Em: Pizzigallo, Matteo. *Mediterraneo e Russia nella politica italiana (1922-1924)*. Milano: Giuffrè Editore, 1983. pp. ix-xxii.
- SANTARELLI, E. *Storia del fascismo*. Roma: Riuniti, 1981.
- TRANFAGLIA, N. *Fascismo e capitalismo*. Milano: Feltrinelli, 1976.
- _____. *La prima guerra mondiale e il fascismo*. Torino: UTET, 1995.
- VENERUSO, D. “I rapporti tra fascismo e destra tedesca”. Em: *Il Mulino*, vol. XX, n. 218, 1971. pp. 1073-1090.
- _____. “Il fascismo internazionale (1919-1938)” Em: Fontana, S. *Il fascismo e le autonomie locali*, Bologna, Il Mulino, 1973. pp. 23-72.
- _____. “La politica estera fascista dal nazionalismo alla rivoluzione senza contenuto” *Affari Esteri*, vol. VII, out/1975. pp. 808-822.
- _____. *L’Italia fascista*. Bologna: Il Mulino, 1981.
- WANROOY, B. “Il Bò, 1935-1944. Italian students between fascism and anti fascism”. *Risorgimento*, vol. 3, n. ½, 1982. pp. 79-96.

Resumo

O objetivo do presente artigo é discutir a tensão entre a disputa nacionalista/solidariedade ideológica no relacionamento entre Estados e movimentos fascistas no período entre as duas guerras mundiais e como essa polaridade afetou as relações internacionais naquele período. A questão da chamada “Internacional fascista” (organização criada pelo fascismo italiano para articular e coordenar a relação inter-fascismos) é especialmente enfocada, por indicar exemplarmente os paradoxos dessa polaridade e seus efeitos no sistema internacional.

Abstract

The tension between the nationalist dispute and ideological solidarity in the relationship between Fascist governments and movements in the period between

the two world wars is the focus of this article. The effects of this polarity on international relations during the same period are investigated too. The article gives a special emphasis to the problem of the so-called “Fascist International” (an organization established by Italian fascism to coordinate and manage inter-fascist relationship), since it pinpoints model contradictions of this polarity and its effects on the international scene.

Palavras chave: Internacional fascista, relações internacionais, entreguerras
Keywords: Fascist International, international relations between the world wars